

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

07
2021



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Giovanna Lucio Monteiro

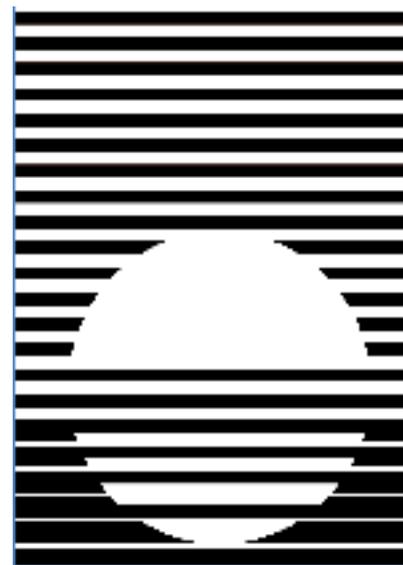
Editora Adjunta: Beatriz Maciel Pontes

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editória de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Juliana de Sant'Anna Cunha, Julia Aroni, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nicolli Bernardes Ribeiro, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL
latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Presidente da FUNAG é exonerado do cargo
Brasil assume presidência pro-tempore do Mercosul em meio a disputas por flexibilização do bloco

Página 05

Divulgação de relatório sobre Itaipu gera impasse entre Brasil e Paraguai
Argentina avança em agenda feminista sobre reconhecimento da maternidade como trabalho
Governo boliviano denuncia participação da Argentina no golpe de 2019

Página 06

Governo colombiano pede garantias para cidadãos envolvidos no assassinato do presidente do Haiti
OEA se posiciona com respeito a incidentes recentes no Haiti e em Cuba

Página 07

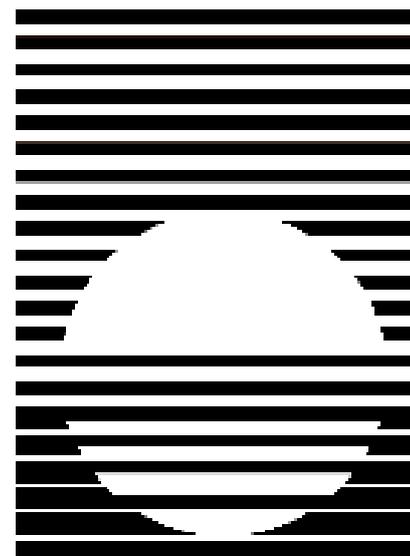
México sedia reunião da CELAC e reforça protagonismo na região
Missão técnica da União Europeia chega à Venezuela em meio a avanços nas negociações entre governo e oposição

Página 08

Fome, Covid e embargo econômico causam protestos em Cuba
Contrato de exploração de petróleo enseja novas polêmicas na Guiana

Página 09

Pfizer-BioNTech e governo da África do Sul fecham acordo para fabricação e distribuição de vacinas contra Covid-19 no continente africano
Violência contra a população transgênero e reconhecimento das pessoas não binárias marcam o mês de julho na América do Sul e África



Página 10

Desempenho de atletas russos desafia as sanções da Agência Mundial Antidoping

Fórum Político de Alto Nível da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável debate a recuperação mundial frente à pandemia

Página 11

Corredor de ajuda humanitária entre a Turquia e a Síria tem seu funcionamento garantido por mais um ano



Presidente da FUNAG é exonerado do cargo

No dia 12 de julho de 2021, o chanceler brasileiro Carlos França exonerou o diplomata Roberto Goidanich da presidência da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), instituto de estudos e debates vinculado ao Itamaraty. Nomeado ao cargo no início do governo Jair Bolsonaro, em março de 2019, Goidanich ficou conhecido por promover cursos e palestras de natureza controversa e amplamente influenciada pela ideologia propagada pelo governo, de corte conservador e de direita. Para os mais críticos, Goidanich, que era ligado ao anterior ministro de relações exteriores Ernesto Araújo, teria transformado a FUNAG em um reduto de seguidores de Olavo de Carvalho, escritor de forte ascendência sobre o pensamento bolsonarista. Antes reservados a palestrantes de renome, os debates na FUNAG sob o comando de Goidanich serviram de palco para youtubers e blogueiros de direita, como Bernardo Kuster e Allan dos Santos, o último sob investigação da Polícia Federal. Para o lugar de Goidanich, França indicou a embaixadora Márcia Loureiro, côsul-geral do Brasil em Los Angeles, nos EUA. A substituição no cargo é vista como mais um indicador da mudança de estilo adotada pelo novo chanceler em um retorno à moderação na diplomacia brasileira. Outras mudanças ainda são aventadas, como a recriação do Departamento de Meio Ambiente, extinto da estrutura organizacional do Itamaraty na gestão de Araújo. Em outra frente, alunos do Instituto Rio Branco, escola de formação dos diplomatas brasileiros, destoam das inclinações do presidente brasileiro ao escolherem homenagear, em sua cerimônia de formatura, o embaixador José Jobim (1909-1979), morto pela ditadura militar após prometer denunciar casos de corrupção envolvendo a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A diplomacia paralela e nem um pouco convencional conduzida pelos apoiadores de Bolsonaro segue operante, todavia. Durante a visita do vice-presidente Hamilton Mourão a Luanda, que teve início no dia 14 de julho, o presidente angolano, João Manuel Lourenço, recusou o pedido para receber uma delegação de parlamentares brasileiros que visava defender os interesses da Igreja Universal do Reino de Deus no país africano

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 12/07/2021; [Estadão](#), 14/07/2021; [DOU](#), 17/07/2021; [Estadão](#), 20/07/2021; [Folha de S. Paulo](#), 20/07/2021; [Folha de S. Paulo](#), 27/07/2021; [O Globo](#), 02/08/2021

Brasil assume presidência pro-tempore do Mercosul em meio a disputas por flexibilização do bloco

No dia 8 de julho de 2021, a presidência pro-tempore do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi transferida para o Brasil, e será exercida pelo presidente Jair Bolsonaro pelos próximos seis meses. A rotação acontece em um contexto de disputas sobre a Tarifa Externa Comum (TEC), em que o Brasil demanda um corte geral total de 20%, enquanto a Argentina demanda um corte moderado em menos da metade dos produtos taxados, o que vem gerando atrito entre os países. Outra controvérsia é a demanda do presidente uruguaio para flexibilizar as regras do MERCOSUL permitindo negociações extrabloco com outros países, sem depender do aval do Mercosul. Esta última proposta conta com apoio brasileiro e encontra resistência do governo argentino. Diante do impasse que se prolonga desde o início de 2021, o Uruguai vem sinalizando, por via de seu presidente, Lacalle Pou, e do chanceler Francisco Bustillo que, independentemente da aprovação dos demais membros do MERCOSUL, tornará vigentes os acordos assinados com outros países. A posição uruguaia provocou animosidades da Argentina que reforça que a decisão viola a Resolução nº 32/2000, que impede que as negociações com terceiros sejam tratadas sem a aprovação dos demais membros do bloco. O governo uruguaio também mostrou discordância com relação ao estado atual do acordo MERCOSUL-União Europeia e considera que as negociações ainda não terminaram, enquanto Brasil e Argentina entendem que estas já foram concluídas e que o atual estágio é de revisão legal. O chanceler uruguaio ressaltou que as negociações estão inconclusas, e que as disputas sobre a política ambiental conduzida pelo governo brasileiro ainda levantam objeções por parte de lideranças europeias. Bolsonaro sinalizou a intenção de mediar a revisão tarifária e a flexibilização do bloco, mas evitou intensificar a animosidade com o governo argentino.

Fontes: [El Observador](#), 08/07/2021; [El País](#), 08/07/2021; [G1](#), 09/07/2021; [El Deber](#), 13/07/2021; [El Observador](#), 21/07/2021

Divulgação de relatório sobre Itaipu gera impasse entre Brasil e Paraguai

No dia 19 de julho de 2021, a Controladoria Geral da República do Paraguai divulgou um relatório sobre a dívida contraída pela Binacional de Itaipu. No documento, de mais de 100 páginas, consta que, entre os anos de 1985 e 1997, com exceção de 1991, a energia produzida pela hidrelétrica teria sido vendida para o Brasil por um preço abaixo do valor mínimo estipulado pelo Tratado de Itaipu, ou seja, US\$17,10/kw. Segundo as autoridades do Paraguai, em função da redução tarifária, o país deixou de receber US\$ 1.7 bilhão, e a Binacional de Itaipu contraiu uma dívida de US\$ 4 bilhões, que deveria ser dividida entre Brasil e Paraguai. As negociações teriam acontecido com o consentimento dos dirigentes paraguaios na época, entre eles o diretor da Binacional, Enzo Debernardi. Também de acordo com o informe da Controladoria, o argumento utilizado pelas autoridades brasileiras para o pedido de diminuição do custo da energia foi o de que o país se encontrava em recessão econômica. Diante das informações divulgadas, o vice-presidente do Paraguai, Hugo Velázquez afirmou haver a possibilidade de pedir um ressarcimento ao Brasil que, por sua vez, não se manifestou sobre o assunto. A Controladoria fala na violação do Tratado de Itaipu, porém, Carlos Mateo Balmelli, ex-diretor da Binacional, afirmou que o Paraguai deve usar o caso para obter exigências durante as renegociações do acordo, previstas para 2023.

Fontes: [ABC](#), 19/07/2021; [Última Hora](#), 20/07/2021; [Uol](#), 23/07/2021; [La Nación](#), 25/07/2021; [La Nación](#), 27/07/2021.

Argentina avança em agenda feminista sobre reconhecimento da maternidade como trabalho

No dia 19 de julho de 2021, o governo argentino publicou através do Decreto 475/21, no Diário Oficial, que as mulheres poderiam somar, ao tempo de aposentadoria, entre um e três anos por trabalho de cuidado com cada filho gestacional, dois anos por cada filho adotivo menor de idade e mais um ano no caso do filho ter algum tipo de deficiência, gestacional ou adotado e que seja menor de idade, além de também contabilizar o período de licença maternidade. A

mudança na lei ocorreu devido à análise de dados que apontam que o mercado de trabalho afeta de maneira desproporcional mulheres, em comparação aos homens e às mulheres que não são mães. Assim, a lei atingirá mulheres que possuem a idade mínima da aposentadoria da Argentina (60 anos), mas que não teriam atingido os 30 anos de contribuição, que antes da mudança não considerava o trabalho de cuidado com os filhos. De acordo com a Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES), cerca de 155 mil mulheres poderão se aposentar em decorrência desta medida. No entanto, a oposição do presidente Alberto Fernández, representada pelo deputado Alejandro Cacace, manifestou que o tema deveria ter passado pela aprovação do legislativo para se tornar lei. Outra crítica apontada pelo jornal “La Nación” é que o Decreto não discute soluções para a questão da desproporcionalidade de mulheres no mercado de trabalho, assim como a presença dessas no mercado informal.

Fontes: [Telam](#), 19/07/2021. [El Economista](#), 19/07/2021. [La Nación](#), 19/07/2021.

Governo boliviano denuncia participação da Argentina no golpe de 2019

No dia 8 de julho de 2021, Rogelio Mayta, chanceler da Bolívia, denunciou que o governo de Mauricio Macri, ex-presidente argentino, forneceu armamentos ao governo de Jeanine Áñez durante os conflitos sociais na Bolívia, em 2019. Veio a público uma carta em que Gonzalo Terceros, comandante geral da Força Aérea boliviana durante o governo de Áñez, agradecia a Normando Álvarez, embaixador argentino, pelos 40 mil cartuchos AT 12/70 e materiais anti-distúrbio. O texto é datado de 13 de novembro de 2019, um dia após Áñez ter assumido a presidência do país de forma irregular. O material militar teria chegado à Bolívia no dia 12 do mesmo mês. Os dias seguintes ao envio da carta ficaram marcados na Bolívia pela violência policial e das Forças Armadas, com destaque para os massacres de Sacaba e Senkata. Macri negou as denúncias, que classificou como um conto replicado pelo governo de Luis Arce. O governo boliviano condenou a atitude e chamou o apoio regional ao golpe de 2019 de “reedição da Operação Condor”. Alberto Fernandez, presidente argentino, pediu desculpas ao povo boliviano e expressou sua “dor e vergonha” pelo ocorrido. Além disso, o governo

argentino também denunciou por quatro delitos penais Macri, a ex-ministra de Segurança Nacional, o ex-ministro da Defesa, o ex-ministro das Relações Exteriores, dentre outros funcionários de alto escalão. A participação argentina nos conflitos sociais de 2019 na Bolívia não foi a única: em julho, foi denunciado o envio de material bélico do Equador para o governo de Añez. O governo boliviano está investigando, também, a participação dos governos do Chile e do Brasil no golpe de 2019.

Fontes: [La Razón](#), 08/07/2021; [El Deber](#), 8/7/2021; [El País](#), 9/7/2021; [Governo da Argentina](#), 12/7/2021; [La Razón](#), 16/7/2021; [El Mostrador](#), 17/7/2021.

Governo colombiano pede garantias para cidadãos envolvidos no assassinato do presidente do Haiti

Em 07 de julho de 2021, quando o presidente do Haiti, Jovenel Moise, foi assassinado em sua residência privada, investigações apontaram que ex-militares colombianos foram contratados por uma organização estadunidense de segurança. O diretor da polícia colombiana informou que os ex-militares foram contratados para deter o presidente haitiano e entregá-lo para a Administração de Fiscalização de Drogas (DEA), mas acabou sendo assassinado. A polícia haitiana e as agências de inteligência colombianas formaram uma comissão especial para esclarecer os fatos. Mais de 20 colombianos estiveram envolvidos no crime, e 18 permanecem detidos no Haiti. A chanceler e vice-presidente colombiana, Martha Lucía Ramírez, denunciou irregularidades na detenção e na assistência dos colombianos, e pediu ao governo haitiano para cumprir os tratados internacionais e dar garantias para os colombianos envolvidos no crime. Por outro lado, em 7 de julho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou o relatório sobre sua visita à Colômbia, em junho de 2021, denunciando o uso desproporcional da força, a violência de gênero, étnica, contra jornalistas e missões médicas, assim como o desaparecimento de manifestantes. Apesar de defender o sistema interamericano no caso da crise venezuelana, o presidente Iván Duque e a vice-presidente Marta Lucía Ramírez responderam que o país não é obrigado a cumprir as recomendações da Corte Interamericana, a exemplo da separação entre a polícia e o Ministério da Defesa. O presidente também afirmou que o governo não pode ser tolerante com a criminalidade e negou o uso

de armas letais e as denúncias de violação de direitos humanos durante os protestos de junho. A oposição, por sua vez, criticou o governo por não aceitar as recomendações do relatório e por continuar negando os excessos da força pública durante os protestos.

Fontes: [BBC](#), 07/07/2021; [El Tiempo](#), 07/07/2021; [El Espectador](#), 15/07/2021; [El Espectador](#), 17/07/2021; [El Tiempo](#), 30/07/2021.

OEA se posiciona com respeito a incidentes recentes no Haiti e em Cuba

A Organização dos Estados Americanos (OEA) precisou lidar com dois incidentes políticos no continente americano. No Haiti, em 7 de julho, o presidente Jovenel Moïse foi assassinado após invasão da residência oficial por um grupo de homens armados. Moïse enfrentava forte crise política, pressão da oposição para a renúncia e pela convocação imediata de novas eleições, em decorrência de controvérsias relativas à duração de seu mandato e acusações de planejar um golpe de Estado. Hugo de Zela, presidente do Conselho Permanente da OEA, convocou uma sessão extraordinária da organização, em que foi aprovada, por unanimidade, a resolução para a realização de uma investigação internacional e a busca por esforços capazes de preservar a estabilidade política na ilha. A OEA, junto a outros organismos internacionais, deu apoio ao Primeiro-Ministro Ariel Henry, adversário político do primeiro-ministro interino Claude Joseph, e apelou para o estabelecimento de um governo capaz de promover o consenso nacional. Em 11 de julho, foi a vez dos protestos populares em Cuba serem discutidos pela OEA, ocasião na qual o Secretário-Geral Luis Almagro censurou o governo cubano e apoiou os manifestantes. Almagro defendeu a legitimidade dos protestos e criticou o chamado público do presidente cubano Miguel Díaz-Canel para que manifestantes favoráveis ao governo também fossem às ruas para confrontar os críticos ao seu governo. O secretário-geral denunciou o governo do país como “ditadura fracassada, opressora e corrupta” e também atacou o governo venezuelano, o que provocou repercussão negativa entre as lideranças de centro-esquerda na América Latina. O presidente mexicano López Obrador, diante das declarações de Almagro, propôs a criação de um instrumento de integração regional que substitua a OEA, durante a reunião da CELAC, e o

presidente argentino Alberto Fernández declarou, em reunião do Grupo de Puebla, que a OEA se converteu em um instrumento contra governos populares e que já não serve aos interesses regionais.

Fontes: [O Globo](#), 07/07/2021; [La Razón](#), 07/07/2021; [Expreso](#), 07/07/2021; [El Comercio](#), 11/07/2021; [La República](#), 14/07/2021, [France 24](#), 18/07/2021; [Infobae](#), 19/07/2021; [El Universo](#), 24/07/2021; [Clarín](#), 30/07/2021.

México sedia reunião da CELAC e reforça protagonismo na região

No dia 24 de julho de 2021, o México, enquanto presidente pro tempore da CELAC, sediou a XXI Reunião de Chanceleres da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Em seu discurso, o presidente mexicano Manuel López Obrador evocou o aniversário de 238 anos de nascimento de Simón Bolívar para defender os princípios da não-intervenção, autodeterminação dos povos e solução pacífica de controvérsias. Obrador também defendeu a cooperação para o desenvolvimento entre os países da região, chegando a sugerir a possibilidade de substituição da Organização dos Estados Americanos (OEA) por um organismo verdadeiramente autônomo de integração e mediação. A reunião se deu em um momento em que o México critica o intervencionismo do secretário geral da OEA, Luis Almagro, e busca exercer maior protagonismo na América Latina e Caribe mediando conflitos e articulando demandas conjuntas dos países, como a questão da imigração e das vacinas. No contexto de crise econômica e sanitária em que eclodiram protestos em Cuba, Obrador denunciou o bloqueio americano e o México doou alimentos, seringas, oxigênio e outros equipamentos médicos ao país, articulando inclusive o apoio de outros países da região, como a Bolívia. O México também sediará as conversas entre o governo e a oposição venezuelanos em busca de um Acordo de Salvação Nacional entre as partes. Medidas como essas apontam o empenho por parte do país em busca de uma posição de liderança em uma região acometida por constantes instabilidades.

Fontes: [El Economista](#), 25/07/2021; [El País](#), 24/07/2021; [El Universal](#), 24/07/2021; [El Universal](#), 28/07/2021; [El Universal](#), 30/07/2021; [Forbes](#), 23/07/2021; [Las 2 Orillas](#), 23/07/2021; [La Jornada](#), 27/07/2021; [Milenio](#), 26/07/2021.

Missão técnica da União Europeia chega à Venezuela em meio a avanços nas negociações entre governo e oposição

Em 6 de julho de 2021, a missão técnica da União Europeia (UE) chegou à Venezuela para avaliar a possibilidade de envio de observadores para as eleições de novembro. A missão foi mobilizada após comunicado conjunto de Josep Borrell, alto representante de Política Externa da UE, e Antony Blinken, secretário de Estado dos EUA, em que foi declarado que a solução pacífica da crise na Venezuela deve partir de seu próprio povo. O comunicado é mais um indicativo da mudança na condução da política externa estadunidense em relação à Venezuela. O governo de Joe Biden se afasta da estratégia de pressão total do governo anterior, e opta por incentivar soluções negociadas para a crise – estratégia que vinha sendo adotada pela UE. A missão técnica esteve na Venezuela entre os dias 6 e 23 de julho, e se reuniu com membros do governo e da oposição, entre eles o chanceler Jorge Arreaza, o presidente da Assembleia Nacional Jorge Rodríguez, o ministro da Defesa Vladimir Padrino e membros da Mesa de Unidad Democrática (MUD). Essa coalizão de partidos opositores, que ganhou a maioria dos assentos da Assembleia Nacional em 2015, estava impedida de participar de novos pleitos desde 2018. No dia 29 de junho, no entanto, a MUD foi reabilitada pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Durante a visita, ocorreu a prisão do ex-deputado Freddy Guevara, do partido opositor Voluntad Popular, o que gerou críticas por membros do CNE. Por fim, o mês de julho se encerrou com a confirmação do local em que serão realizados os diálogos entre o governo e a oposição. Nicolás Maduro declarou, no dia 24 de julho, que as conversas ocorrerão em agosto, no México, com a mediação da Noruega e possível participação dos EUA. A nova rodada de negociações retoma as tentativas feitas para solucionar a crise venezuelana em 2019, quando a Noruega mediu reuniões entre governo e oposição em Barbados e Oslo.

Fontes: [El País](#), 26/06/2021; [Estadão](#), 29/06/2021; [El Nacional](#), 09/07/2021; [El Nacional](#), 10/07/2021; [Folha de S. Paulo](#), 12/07/2021; [El Nacional](#), 13/07/2021; [El Nacional](#), 14/07/2021; [O Globo](#), 25/07/2021.

Fome, Covid e embargo econômico causam protestos em Cuba

No dia 11 de julho de 2021, uma manifestação em Havana tomou os noticiários e a atenção mundial se voltou para Cuba. O país, que vinha controlando o contágio da Covid-19 e contabilizava baixos números de mortos pelo vírus em 2020, em 2021 passou a enfrentar o agravamento da crise sanitária e seus desdobramentos, com uma crise econômica refletida na ausência de alimentos, remédios e outros itens básicos. Em meio à pandemia, o embargo comercial dos Estados Unidos contra a ilha foi aprofundado pelo ex-presidente Donald Trump. O protesto antigoverno foi imediatamente reprimido e as autoridades confirmaram a morte de um homem e um número não especificado de pessoas detidas. Seguidores do governo se manifestaram em resposta aos protestos do dia 11. No dia 16 de julho, Michelle Bachelet, alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, pediu que todos os manifestantes presos fossem libertos. O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel inicialmente atribuiu o protesto apenas a uma tentativa de interferência dos Estados Unidos, mas em seguida propôs uma análise crítica dos problemas do governo para superá-los. No dia 15 de julho, o primeiro-ministro Manuel Marrero anunciou a suspensão de taxas alfandegárias e dos limites de tamanho de itens essenciais para viajantes que entrassem na ilha. No dia 25, os chanceleres de 21 países condenaram as prisões em Cuba e pediram a restauração total do acesso à internet na ilha. No dia 27 de julho, o embaixador da Espanha em Cuba se pronunciou, destacando o embargo e a pandemia como principais fatores para os protestos e disse que os mesmos passarão quando a economia se reativar, minimizando motivações políticas para os atos. Neste mesmo dia, a embaixada de Cuba na França sofreu um ataque com coquetel molotov e o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, responsabilizou os Estados Unidos por contínuas campanhas contra a Ilha, que incitam violências como essa. Rodríguez fez ainda, uma publicação na qual afirmou que os Estados Unidos pretendem impor uma reunião do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, que, segundo ele, apoia tentativas de isolamento e intervenções militares e golpes na região, posicionamento que foi compartilhado pelo presidente Díaz-Canel.

Fontes: [ApNews](#), 13/07/2021; [AlJazeera](#), 15/07/2021; [DW](#) 16/07/2021; [O Globo](#), 25/07/2021; [Diario de Cuba](#), 27/07/2021; [ACN](#), 27/07/2021; [O Globo](#), 27/07/2021.

Contrato de exploração de petróleo enseja novas polêmicas na Guiana

No mês de julho de 2021, o contrato firmado entre a Guiana e as empresas estrangeiras que exploram o petróleo do país voltou a suscitar polêmicas. Isso porque um revisor oficial das contas nacionais, Chris Ram, constatou que, no contrato firmado com a Exxon Mobil e empresas parceiras, o governo guianense se comprometeu a arcar com os impostos que incidem sobre os lucros advindos da exploração. Embora este seja um subsídio comum oferecido por governos nacionais a empresas do setor, Ram denunciou que a prática é ilegal segundo as leis da Guiana. Ainda assim, a inclusão desse benefício às corporações – conhecido internacionalmente como Payon Behalf formula – foi encorajado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que se respaldou na experiência de países como Trinidad e Tobago, Azerbaijão e Qatar para orientar a Guiana na negociação do acordo. O revisor oficial de contas, no entanto, questionou as motivações do FMI para apoiar a inclusão de uma cláusula ilegal, sob a perspectiva das leis guianenses, no contrato de concessão à exploração do petróleo nacional. A polêmica ocorreu no mesmo mês em que residentes guianenses em Nova York foram às ruas da cidade para protestar contra o contrato firmado com a Exxon Mobil, reivindicando uma renegociação. Desde o final de 2017, quando veio a público, o acordo se tornou alvo de uma série de críticas em função dos benefícios conferidos à petrolífera em detrimento dos interesses do Estado guianense. Não à toa, em meio aos protestos e questionamentos, o ministro dos Recursos Naturais da Guiana, Vickham Bharrat, admitiu que o acordo é de fato assimétrico e não vem proporcionando ao país os benefícios esperados.

Fontes: [Kaieteurs News](#), 12/07/2021; [Kaieteurs News](#), 13/07/2021; [Kaieteurs News](#), 15/07/2021; [Kaieteurs News](#), 23/07/2021; [Kaieteurs News](#), 28/07/2021.

Pfizer-BioNTech e governo da África do Sul fecham acordo para fabricação e distribuição de vacinas contra Covid-19 no continente africano

No dia 21 de junho de 2021, em meio a um dos momentos mais turbulentos de história política recente da África do Sul, em virtude das revoltas ocasionadas pela prisão do ex-presidente Jacob Zuma por circunstâncias envolvendo o processo que investiga corrupção no seu governo, a farmacêutica Pfizer-BioNTech anunciou a celebração de acordo com o governo sul-africano, referente à instalação na Cidade do Cabo de uma fábrica de vacinas contra Covid-19 e sua transformação em polo de distribuição para o continente africano. As primeiras vacinas decorrentes dessa negociação estão previstas somente para 2022, no entanto, de acordo com as projeções, o país será capaz de produzir mais de 100 milhões de doses anualmente. A iniciativa leva em conta dados da Organização Mundial da Saúde, os quais indicam que apenas 2% da população do continente foi vacinada e que a África do Sul é o país líder em número de contaminações e de mortes por Covid-19. Segundo o acordo, a farmacêutica sul-africana Biovac ficará responsável por completar a última fase de fabricação da vacina Pfizer-BioNTech e não será necessário ceder seus direitos de propriedade intelectual sobre a vacina. Lara Dovifat, especialista da organização Médicos Sem Fronteiras, reconheceu a importância do acordo, mas criticou o fato dele não incluir compartilhamento de tecnologia, o que dificulta a autonomia vacinal africana. A África do Sul tem exercido um papel fundamental no esforço de vacinação do continente, por exemplo, por meio da distribuição de vacinas da Jhonson & Jhonson, já produzidas no país, para outras nações africanas. Nessa mesma direção, a OMS anunciou, no mês passado, que a África do Sul será o primeiro a sediar um centro de transferência da tecnologia para produção de vacinas contra a Covid-19, também visando o aumento da capacidade de resposta do continente africano contra a pandemia.

Fontes: [The South African](#), 12/07/2021; [RandburgSun](#), 13/07/2021; [OIL](#), 14/07/2021; [Daily Maverick](#), 14/07/2021; [The South African](#), 15/07/2021; [The South African](#), 21/07/2021; [AP News](#), 21/07/21; [The South African](#), 23/07/2021.

Violência contra a população transgênero e reconhecimento das pessoas não binárias marcam o mês de julho na América do Sul e África

Em 5 de julho de 2021, foi publicado o Segundo Boletim sobre Violência, da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA). No texto foi destacado que foram registrados 80 assassinatos e nove mortes por suicídio no Brasil, entre janeiro e junho de 2021. Além disso, foram registradas 33 tentativas de homicídios e cerca de 27 violações de direitos humanos. De acordo com os dados apresentados em gráfico elaborado pela ativista trans e segundo-sargento da marinha brasileira, Bruna Benevides, no primeiro semestre de 2021, o número de assassinatos foi de 13,3 casos por mês e aproximase da média móvel semestral coletada nos últimos cinco anos (cerca de 14 casos/mês). Em relação ao primeiro semestre de 2020 – o mais violento de todos – houve uma redução de 20 casos. Como aponta o relatório esta análise deve ser cautelosa e deve levar em consideração a pandemia, a subnotificação e em muitos casos a ausência de investigação destas mortes. Ainda na América do Sul registrou-se no mês de julho avanços para os direitos das pessoas não-binárias. No dia 20 de julho, na Argentina, foi publicado o Decreto 476/2021 que oficializou o reconhecimento de identidades não binárias, para além das categorias masculino e feminino. De acordo com o decreto, aquelas pessoas que não quiserem se identificar como homem ou mulher poderão optar pela inclusão da nomenclatura “X” no DNI (documento nacional de identidade argentino). Movimentos sociais comemoraram a decisão como um marco no reconhecimento da identidade de gênero e consolidação da lei de identidade de gênero argentina (lei nº26.743). Por outro lado, no continente africano, o reconhecimento dos direitos LGBTI+ ainda é um desafio para a maioria dos Estados. No dia 16 de julho foi noticiada a liberdade de duas mulheres trans nos Camarões após serem detidas em 8 de fevereiro deste ano. Shakiro e Patricia foram detidas após acusação de homossexualidade, indecência pública e ausência de identificação. A prisão das duas mulheres trans demonstra a perseguição e criminalização da população sexo-gênero diversa como uma das práticas estatais que ainda persistem em alguns países.

Fontes: [ANTRA](#), 05/07/2021; [Reuters](#), 06/07/2021; [DW Brasil](#), 07/07/2021; [Página 12](#), 21/07/2021.

Desempenho de atletas russos desafia as sanções da Agência Mundial Antidoping

Devido à decisão da Agência Mundial Antidoping, no ano de 2019, os atletas russos tiveram sua participação nas olimpíadas de Tóquio 2020 condicionada a uma série de restrições, dentre elas, a proibição do hasteamento da bandeira da Federação Russa, da reprodução do hino nacional e da utilização de qualquer símbolo relacionado ao país. A medida foi tomada em razão do número de atletas que testaram positivo nos exames antidoping nas competições esportivas de 2015 e 2016. A agência proibiu a Rússia de participar de todas as competições por quatro anos. Devido à apelação na Corte Arbitral do Esporte, a pena foi reduzida pela metade e terminará em dezembro de 2022. Apesar das restrições, o país segue sendo destaque nas Olimpíadas de Tóquio, figurando entre as cinco melhores posições no quadro geral de medalhas desde o começo da competição, competindo por meio do Comitê Olímpico Russo. Os resultados e as comemorações têm levantado dúvidas acerca da funcionalidade dessas restrições, levando em conta que as conquistas seguem sendo acolhidas pelo governo russo, embora, tecnicamente, elas não sejam da nação. Os compromissos em Tóquio parecem ter encerrado uma longa disputa entre a Rússia e órgãos esportivos globais. Procurado por jornalistas para esclarecer a polêmica em torno das questões de doping, o embaixador da Rússia em Washington, Anatoly Antonov, afirmou que os atletas russos estão conquistando medalhas em Tóquio de forma justa e que as tentativas de desacreditar suas conquistas são ditadas pela vontade de burlar as regras da competição, o que é contrário ao espírito do Movimento Olímpico. “Deve-se perder com dignidade”, afirmou. A Agência Mundial Antidoping se posicionou de modo contrário à atenuação das sanções impostas ao Comitê Olímpico Russo e segue acompanhando a atuação dos atletas em Tóquio.

Fontes: [CNN](#), 23/07/2021; [Moscow Times](#), 27/07/2021; [TASS](#), 31/07/2021; [Financial Times](#), 02/08/2021.

Fórum Político de Alto Nível da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável debate a recuperação mundial frente à pandemia

Entre os dias 6 e 15 de julho de 2021, foi realizado em Nova York o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF 2021), no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU). O evento tinha como objetivo discutir as medidas necessárias para a concretização da Agenda 2030 e para a recuperação e o desenvolvimento sustentável frente à pandemia, colocando em prática os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio de um caminho internacional solidário, inclusivo e eficaz. O Brasil foi representado pela Ministra-Chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda. Em sua declaração, ela defendeu estratégias que estão sendo desenvolvidas no país, como Agenda Brasil Mais Sustentável, a iniciativa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade e o programa social de Auxílio Emergencial. Cabe ressaltar que esses programas do governo federal vêm sendo questionados fortemente, por diversos atores, em especial da sociedade civil organizada, quanto a sua eficácia e capacidade de promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Além disso, a expansão do programa de Auxílio Emergencial foi combatida pelo Planalto. No dia 12 de julho, foi realizado em paralelo ao HLPF 2021, um encontro intitulado “Cooperação Sul-Sul para sistemas de proteção social mais inclusivos e sustentáveis na recuperação COVID-19 e cumprimento da Agenda 2030”. Esse evento teve o objetivo de discutir o potencial da cooperação Sul-Sul - seja no âmbito regional ou inter-regional - na promoção de sistemas de proteção social mais inclusivos e sustentáveis. Membros do IPC-IG Brasil (International Policy Centre for Inclusive Growth) estiveram presentes nos encontros e compartilharam suas medidas realizadas em cooperação com o Sul Geopolítico, salientando o mapeamento de mais de 900 medidas de proteção social da região. Por sua vez, o presidente do Senegal, Macky Sall, aproveitou a oportunidade para reforçar a necessidade de promover acesso justo e equânime às vacinas, acompanhado de ajuda financeira aos países em desenvolvimento, principalmente na África.

Fontes: [UN Medias](#), 07/07/2021; [SDG ORG](#), 08/07/2021; [Tribunal Superior do Trabalho](#), 09/07/2021; [UNESCWA ORG](#), 12/07/2021; [ONU BRASIL](#), 19/07/2021; [IPC-IG ORG](#), 21/07/2021; [Mirage News](#), 23/07/2021.

Corredor de ajuda humanitária entre a Turquia e a Síria tem seu funcionamento garantido por mais um ano

No dia 9 de julho de 2021, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) anunciou a renovação da resolução UNSCR 2533, que garante o funcionamento do corredor humanitário entre a Turquia e a Síria. No começo do mês, a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) chamou a atenção para a importância que este corredor tem para milhões de pessoas que vivem no noroeste da Síria e dependem de algum tipo de ajuda humanitária, especialmente os sírios que foram deslocados devido ao contexto de guerra em que vive o país. No primeiro semestre de 2021, a guerra civil na Síria, que causou o deslocamento forçado de mais de dez milhões de habitantes e foi responsável pela morte e tortura de outros milhares, completou 10 anos. Como resultado deste conflito, diversas pessoas enfrentam problemas econômicos, que os impedem de conseguir alimentos suficientes para suas famílias, atendimento médico e outras necessidades básicas. Neste contexto, atores como a MSF atuam na construção de acampamentos, no fornecimento de comida, em serviços de saneamento, na distribuição de água e em outras esferas necessárias. Apesar do corredor entre a Turquia e Síria ser o único ponto de passagem para este tipo de ajuda, a resolução transfronteiriça do CSNU expirou no começo do mês e a Rússia rejeitou a criação de um segundo corredor entre a Turquia e a Síria. Essa situação deixou aflitos diversas organizações internacionais, bem como milhões de sírios que usufruem dos serviços que chegam através deste corredor. Contudo, por fim, houve um acordo entre a Rússia e os Estados Unidos e a resolução UNSCR 2533 foi renovada por mais um ano.

Fontes: [Oriente Mídia](#), 03/07/2021; [Mint](#), 09/07/2021; [MSF](#), 09/07/2021; [CBS News](#), 11/07/2021.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

